

O DELÍRIO E O POEMA NA PSICANÁLISE

THE DELUSION AND THE POEM IN PSYCHOANALYSIS

Ana Giulia de Araújo Conte ¹

Márcia Cristina Maesso ²

Resumo: Este trabalho propõe retomar formulações de Freud e Lacan sobre a psicose, o delírio como tentativa de cura e a função do significante na estruturação do sujeito, assim como adentrar nas considerações de Octavio Paz sobre a operação de criação poética. O interesse é investigar as relações entre o delírio (a realização do verbo) e o poema (o delírio do verbo), de modo a explorar suas estruturas e diferentes formas de subversão das normas e convenções da língua e, assim, entrever possibilidades clínicas e implicações éticas. Entende-se o delírio não como poema propriamente, mas como uma expressão poética, expressão do dinamismo da língua, de modo que sua construção sinaliza um empenho de reconstituição diante do surgimento de alucinações. A posição do analista envolve não descartar sua produção, mas favorecer a construção de narrativas em favor da compensação dos efeitos da forclusão do significante Nome-do-Pai e do advir do sujeito.

Palavras-chave: Psicanálise. Psicose. Delírio. Poema. Significante.

Abstract: This paper revisits Freud's and Lacan's formulations on psychosis, delusion as an attempt at healing and the function of the signifier in the subject structuring, furthermore, to investigate Octavio Paz's considerations regarding the process of poetical creation. The interest lies in investigating the relationship between the delusion (the realization of the verb) and the poem (the delusion of the verb), and to explore their structure and forms of subversion of language norms and conventions, and therefore peruse clinical and ethical possibilities. Delusion is understood not as poem itself, but as a poetic expression, an expression of language dynamism, thus its construction indicates an attempt of reconstitution when facing the emergence of hallucinations. The analyst must not discard its production but support the construction of narratives in order to favor a compensation of effects of the foreclosure of the signifier the Name-of-the-Father and the emergence of the subject.

Keywords: Psychoanalyses. Psychosis. Delusion. Poem. Signifier.

-
- ¹ Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela UnB, Graduada em Psicologia pela UnB, Especialista em Teoria Psicanalítica pela Faculdade Inspirar. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (PsiCC-UnB), Brasília-DF, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5405314969526867>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9130-7486>. E-mail: giuliaconte.unb@gmail.com
 - ² Doutora e Mestre em Psicologia Clínica pela USP. Profa. do Departamento de Psicologia Clínica IP/UnB e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPGpsiCC/UnB). Membro do GT da ANPEPP: Psicanálise, Política e Clínica. Membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano - EPFCL-Brasil e Fórum Brasília. Brasília-DF, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7151249685318679>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1413-2998>. E-mail: maessomc@gmail.com

Do início

No descomeço era o verbo.
Só depois é que veio o delírio do verbo.
O delírio do verbo estava no começo, lá
onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos.
A criança não sabe que o verbo escutar não
funciona para cor, mas para som.
Então se a criança muda a função de um
verbo, ele delira.
E pois.
Em poesia que é voz de poeta, que é a voz
de fazer nascimentos –
O verbo tem que pegar delírio
(Manoel de Barros)

O presente trabalho partiu de questões e inquietações clínicas que se alojaram no campo da psicose, questões cujas ressonâncias incitaram um interesse teórico e um desejo de pesquisa que culminam, enfim, na dedicação à pesquisa aqui descrita. O trabalho consistiu em um caminho para abordar a formação delirante a partir de uma interface com a poesia e a criação poética. Trata-se de uma escolha metodológica que evidenciou a imprescindibilidade da arte para a psicanálise e que permitiu algumas possibilidades para pensar a escuta clínica do delírio na psicose.

Partimos da máxima freudiana de que o delírio é uma tentativa de cura (FREUD, 1911/2010), consistindo em uma tentativa de reconstrução de um mundo corrompido pela profusão alucinatória, para então pensar a função do analista na clínica da psicose. O encontro com a poesia de Octavio Paz impôs transformações importantes no modo de fazer pesquisa que vinha sendo aqui traçado e na concepção de clínica que estava em questão, pois a clínica da psicose apresenta problemas e impasses particulares. Assim, a potência própria da poesia, com as trepidações que costuma causar, provocou algumas mudanças de direção, de modo que o tratado teórico intitulado O arco e a lira (PAZ, 1956/1982), com as importantes considerações sobre a criação poética que contém, tenha se tornado indispensável para o estudo.

No terreno da poesia brasileira, o poema de Manoel de Barros epigrafado no início desta seção precipitou alguns dos aspectos que seriam desenvolvidos posteriormente no percurso da pesquisa. Com o vislumbre que só a arte pode proporcionar, esboçamos uma forma de olhar para os fenômenos clínicos da psicose na companhia da palavra dos poetas para, a partir de então, entrever possibilidades clínicas.

O delírio e o poema são pensados em paralelo, sem a pretensão de aproximá-los em sua estrutura, mantendo em suspenso o questionamento sobre as contribuições que a insubordinação às normas formais da língua que o poema traz à cena poderiam provocar à escuta do delírio em psicanálise, já que, a exemplo da experiência com o ato falho e com o chiste, a escuta em análise dá conotação específica, supõe que há algo a ser lido e não descartado. A hipótese do inconsciente em psicanálise sinaliza que se trata de uma escuta do significativo (não só a palavra ou a sonoridade, mas a imagem, o corpo) e não da linearidade da significação.

Evocamos, portanto, a arte e a poesia como formas discursivas que serviriam ao diálogo com a psicanálise, especificamente na abordagem da psicose, por inserir um modo particular de tratar das questões humanas, subversivo em relação ao paradigma da ciência do século XX de linha empirista e racionalista, que exerce ainda influência nas disciplinas que se dedicam ao humano e à cultura. Assim,

À maneira da experiência da loucura, em que o mundo deverá ser reinterpretado por um trabalho delirante, a arte faz aí vacilar a percepção imediata das coisas, convocando assim uma potência interpretativa (RIVERA, 2005, p. 25).

É esta potência interpretativa, este olhar inédito para o mundo, o que inspira o diálogo aqui proposto entre a construção delirante e o trabalho do poeta, este que trabalha com a licença de *fazer o verbo delirar* (BARROS, 2010).

O percurso envolve retomar formulações freudianas e lacanianas a respeito da psicose, assim como se debruçar sobre as ideias de Paz sobre a poesia, para assim refletir sobre as possíveis consequências teóricas e clínicas para a psicanálise. Com o propósito de tratar das articulações possíveis entre a constituição do delírio (processo que envolve a criação de uma narrativa de reinterpretação do mundo) e a escrita poética, pretendemos refletir sobre as contribuições que o poeta pode trazer ao psicanalista em sua escuta.

Acredita-se que essa leitura do funcionamento do delírio e da poesia é importante para ressaltar que a psicose é um modo de estruturação que envolve o Outro da linguagem, confrontando a acepção psiquiátrica de um transtorno que deve ter suas manifestações cessadas. A psicanálise, da forma como foi conduzida por Lacan, considera o delírio como fenômeno de linguagem e dá um novo salto, o da abertura a um outro lugar de destinação desses modos de organização, além de possibilitar uma escuta das produções psicóticas desligada dos limites do campo do sentido, que rege a psicologia clínica em geral.

Do método

O trajeto da pesquisa consistiu em retomar as considerações freudianas sobre a psicose e o delírio, assim como o estudo do que foi desenvolvido por Jacques Lacan nos anos de 1950, período descrito como o de retorno à Freud e marcado pela influência do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e da linguística de Ferdinand de Saussure. Foram revisitados textos da psicanálise que tratavam da questão da realidade, da concepção do delírio como tentativa de cura e, sobretudo, da questão da linguagem que Freud havia esboçado e que Lacan finalmente desdobrou.

A ênfase foi pensar a função da linguagem e do significante, evidenciando os fenômenos de linguagem na economia da psicose, pois “se soubermos escutar, o delírio das psicoses alucinatórias crônicas manifesta uma relação muito específica do sujeito em relação ao conjunto do sistema da linguagem em suas diferentes ordens” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 237). Neste período de seu ensino, Lacan privilegiou as reflexões sobre o registro imaginário e a função alienante do eu, enquanto fundava progressivamente os anos marcados pelas considerações sobre o simbólico e as determinações que o ser humano (ser falante) sofre do significante. A isso, estiveram aliadas as contribuições de Octavio Paz sobre a função poética da linguagem e sobre a criação de um poema, destacando o jogo com as ressonâncias do sentido que o poeta utiliza para criar e que, como veremos, o psicanalista faz uso em sua escuta.

Esmiuçando o funcionamento da linguagem em cada um, no delírio e no poema, assim como a função do significante em suas estruturas, buscamos lançar um caminho para pensar as contribuições que a ênfase na poesia poderia trazer à escuta clínica da produção delirante e sua operação de reestruturação do sujeito. Consideramos que pensá-los em conjunto poderia trazer novas modalidades de escuta à clínica da psicose, uma clínica que ainda sofre dos resquícios da hipermedicalização e reclusão a que foi tradicional e historicamente submetida, a despeito dos esforços da psicanálise de retirá-la do campo das anomalias.

Objetivos

O objetivo da pesquisa foi, a partir de uma investigação teórica, estudar o delírio enquanto fenômeno de linguagem e suas relações com o poema, tendo na função do significante uma direção para o percurso. Como objetivos específicos, destacamos: a) pensar a questão da linguagem em Jacques Lacan, centrada na primazia do significante, junto às ideias apresentadas por Octavio Paz sobre a poesia; b) explorar a relação entre as diferentes formas de subversão das normas da língua, no poema e no delírio; c) verificar possíveis desdobramentos e consequências clínicas; d) enfatizar as diferentes implicações éticas entre a escuta do delírio como loucura e a escuta como dizer do

sujeito numa expressão poética, resguardando as diferenças entre ambos.

O problema da psicose

A questão da psicose e seu tratamento se apresentou para Freud como um problema para a psicanálise. Ele insistiu na impossibilidade de análise de pacientes psicóticos (FREUD, 1911/2010, 1915/2010, 1925/2011), baseado na constatação de que o investimento libidinal restrito ao eu inviabilizaria o estabelecimento de relação transferencial, móbil do acesso ao inconsciente. Haveria, ele supôs, uma predisposição à doença localizada na fixação ao narcisismo e que teria como efeito uma rejeição do mundo externo, ou seja, um abandono dos investimentos objetivos e um sobreinvestimento no eu, resultando na incapacidade para a transferência. Embora tenha se mostrado convencido de seu argumento, deixou ao encargo de seus sucessores a tarefa de solucionar tal impasse (FREUD, 1925/2011).

Assim, formulou preciosas teorizações sobre a psicose aos psicanalistas que se dedicassem ao tema no futuro e reconheceu que a psicose tinha muito a ensinar à psicanálise (FREUD, 1937/2019). Dedicou-se ao sistema delirante do presidente Schreber como um linguista se dedica ao seu objeto e observou que o delírio representava a tentativa de restabelecimento do mundo subjetivo, de modo “não mais esplêndido, é certo, mas ao menos de forma a nele poder viver” (FREUD, 1911/2010, p. 94). Para ele, o trabalho do delírio consiste na reconstrução desse colapso interno provocado pelo afastamento da realidade.

A leitura freudiana das formações delirantes representou grande rompimento com a tradição médica que as entendia como meras manifestações da evolução da doença que deveriam ser suspensas. Freud não somente percebeu que o delírio desnudava a lógica do inconsciente como também viu nele a reconstrução do mundo como tentativa de cura (FREUD, 1911/2010). O delírio foi tomado como uma produção que não deve ser detida, o que consistiu em uma tentativa freudiana de retirar a psicose do conjunto nosográfico das anomalias, indicando ao clínico que evite a ânsia pela cura (*furor sanandi*), bastante comum na prática médica, uma tomada de posição que interromperia o trabalho delirante.

A peculiaridade da constituição subjetiva da psicose e de suas produções revelou para Freud limitações em sua nascente psicanálise, mas teve a atenção de Jacques Lacan, que logo se dedicou a demonstrar as relações estreitas com a linguagem. Atento às entrelinhas do que Freud deixou por desenvolver, Lacan manteve vivo interesse pela psicose, abordando o problema sob a luz da influência da linguística estrutural e do retorno à teoria freudiana do narcisismo para demarcar a função ilusória e alienante do eu. Assim, concentrou nos primeiros anos de seu ensino as reflexões a respeito do registro imaginário, a partir da qual a psicose foi inicialmente abordada.

A abordagem lacaniana da psicose teve o mérito de partir das determinações que o ser humano sofre do sistema simbólico da linguagem. Irredutivelmente estruturada como significante, a realidade humana, aquilo que comporta nossa relação com o mundo, inscreve-se em um sistema de referenciação da experiência na qual a linguagem é central. A estrutura do significante não é observável, não é um fenômeno, mas opera na realidade do sujeito falante, tendo caráter decisivo na constituição da realidade, pois esta é “sustentada, tramada, constituída por uma trança de significantes” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 283).

São estes os termos que Lacan utilizou para retomar a obra de Freud, que já havia demarcado o caráter ficcional da verdade do inconsciente ao tratar das deformações e ligações que a verdade histórica sofre no psiquismo (FREUD, 1937/2019). Há, portanto, pouca distinção entre realidade e ficção, pois ambas exercem a mesma influência nas formações do inconsciente. Tanto na neurose quanto na psicose, Freud (1924/2011) logo percebeu, há ruptura ou perturbação da relação com a realidade, que ocorre por vias distintas; restava saber que mecanismo específico estava em jogo na psicose.

“Para que estejamos na psicose, é preciso haver distúrbios de linguagem” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 110). Esta é uma posição que atravessa as determinações do discurso médico e que propõe à psicanálise uma ética e um posicionamento de encerrar a tradição de pensar a psicose a partir unicamente de uma causalidade orgânica, de desordens fisiológicas, déficits orgânicos ou

disfunções dos órgãos dos sentidos. Pensar no que se trata na psicose como fenômeno de linguagem implica pensá-la a partir da relação com significante (ou ainda, da falta de um significante), das incidências no corpo decorrentes dessa relação e das soluções singulares a que o sujeito é convocado a recorrer.

Embora a psicanálise tenha dado ao delírio do psicótico uma “sanção singular” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 153), legitimando-o como um discurso do inconsciente, no plano que a experiência analítica habitualmente opera, a psicose sempre apresentou desafios particulares. Tem-se um discurso que, por mais articulado que possa se apresentar, revela-se “irreduzível, não-manejável, não curável” (p. 153). A posição do analista é inteiramente posta em questão nesta clínica.

O delírio

A despeito das dificuldades, a indicação lacaniana é de que o clínico não deve recuar diante da psicose, tampouco se restringir a deter suas produções. O delírio é uma importante tentativa do sujeito de reconstituir seu mundo, aparecendo como uma verdadeira narrativa que traz algum esclarecimento retroativo sobre o período alucinatório que havia obstruído seu lugar no mundo. Muitas vezes, as condições de análise favorecem sua formulação.

O trabalho delirante consiste em erguer uma obra, surgida em um momento posterior (uma posteridade lógica e não cronológica, deve-se ressaltar) ao do surgimento das turbulentas alucinações, no qual o mundo está tomado por significação. No movimento do delírio, o crepúsculo do mundo, caracterizado pela intensa confusão alucinatória, é sua fase constitutiva (LACAN, 1955-1956/1985). O delírio surge em um tempo pós-crepuscular e decorre da impossibilidade de simbolizar algo, de recorrer ao complexo de castração para se defender da angústia, e, uma vez construído, pode refazer esse período de crise e, eventualmente, tornar a existência suportável em um mundo que lhe havia ficado tão estranho.

O surgimento das turbulentas alucinações exprime a ruptura do simbólico, o rompimento da ligação entre as palavras, e o mundo está tomado por significação. A formação delirante é uma verdade explicitada, oposta à ocultação ou ao ciframento neuróticos decorrentes de um compromisso simbolizante, e contém em sua estrutura uma significação irreduzível, que remete somente a si própria e que funciona como um ponto de basta, sem possibilidade de deslizamento. Sua especificidade está na inflexível certeza (a certeza delirante) e no neologismo, que cria uma fórmula que se repete com insistência e que cria a interrupção na rede do discurso (LACAN, 1955-1956/1985). O delírio subverte a língua, faz um uso próprio dela, sendo essa a estrutura, a nível de economia do discurso, que marca sua assinatura.

Propomos neste trabalho, a partir da ênfase no campo da linguagem, sua estrutura e funcionamento, pensar o delírio como esse empenho de reconstituição, um fenômeno da ordem da linguagem que pode ser tomado como um dizer. Diante da emergência de reformulação da realidade, o sujeito se dedica a uma reinterpretação do mundo, uma verdadeira (re)construção posterior ao desencadeamento de uma crise, por meio da qual possa dizer de si.

O termo (re)construção indica, portanto, a reconstrução do mundo implodido após a crise e remete ao texto freudiano *Construções em análise* (FREUD, 1937/2019), no qual demonstrou que o trabalho de construção do analista, análogo ao trabalho do arqueólogo, pode ser equiparado ao trabalho do delírio, uma vez que este é uma construção diante do fenômeno da alucinação, que sofre influência da realização de desejo sobre seu conteúdo: “As formações delirantes dos doentes parecem-me equivalentes das construções que elaboramos nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e reconstituição” (p. 379). As construções em análise e o trabalho do delírio surgem a posteriori, no só-depois do tempo lógico, e têm por função a reconstituição da experiência.

O poema

Os anos de 1950, nos quais Lacan sustentava o aforisma do inconsciente estruturado como uma linguagem, inspiraram outro importante pensador da língua a escrever sobre a linguística e

sobre a linguagem como condição da existência do ser humano (o ser falante ou *falasser* [*parlêtre*], para utilizar um termo lacaniano dos anos posteriores). Octavio Paz, importante poeta, ensaísta e tradutor mexicano, é ainda celebrado e reconhecido pela poesia de alta qualidade formal aliada às acuradas análises sobre a história, a política, a língua e a cultura da América Latina.

Suas ideias têm força tal que permanecem absolutamente vivas na cultura mexicana e devem receber o reconhecimento que lhe é devido. Apresentou reflexões valiosas sobre o fazer poético, sobre a criação e sobre a absoluta sujeição do humano ao sistema simbólico, pois o ser humano é “um ser de palavras” (PAZ, 1956/1982, p. 36). *O arco e a lira* (PAZ, 1956/1982) é um ensaio, um texto em prosa que não perde em nada a atmosfera poética que Paz exala, e culmina em um rico diálogo com a linguística através de referências diversas à história latino-americana.

Concebido, curiosamente, no mesmo ano em que estava sendo desenvolvido o terceiro seminário de Jacques Lacan, a obra de Paz é um tratado sobre o devir poético e traz observações sobre a natureza da linguagem e o uso da língua em sua potência criativa e mágica. A coincidência não se encerra na data. Os dois autores, geográfica e culturalmente distantes, beberam da prenh fonte da linguística e trataram de falar dela a partir de sua subversão, ou seja, de desenvolvimentos que respeitosa e abriam novos horizontes, pensando suas problemáticas sem deixar de exaltar suas ricas contribuições às ciências do humano e da cultura. Na subversão de seu campo e de seu alcance, os dois pensadores puderam oferecer preciosas contribuições à psicanálise e à poética, respectivamente.

Paz se serviu do universo simbólico para tratar do fazer poético e da função poética da linguagem. O poeta, ciente da natureza da linguagem, recupera a originalidade primitiva da palavra, uma reconquista que “afeta os valores sonoros e plásticos tanto como os valores significativos” (PAZ, 1956/1982, p. 26). É próprio da palavra não caber em qualquer limite rígido da significação, pois carrega uma pluralidade de sentidos.

Em seu estado natural, a palavra é repleta de polissemias, ambiguidades, *nonsenses*, enfim, tudo o que indica que sua natureza vai muito além da sonoridade e da significação. A criação consiste na transformação da matéria-prima em obra, na libertação da palavra de sua significação, levando ao mundo uma infinidade de possibilidades simbólicas. A operação poética é oposta à manipulação técnica: “A pedra triunfa na escultura, humilha-se na escada. A cor resplandece no quadro; o movimento, no corpo, na dança. A matéria, vencida ou deformada no utensílio, recupera seu esplendor na obra de arte” (PAZ, 1956/1982, p. 26). Bastante distinta da prosa ou de uma argumentação lógica, em que há um comprometimento com as convenções da língua, um fascínio pela razão e pela eliminação dos equívocos, a criação poética subverte leis naturais, e as normas gramaticais, sintáticas e semânticas sofrem um estremecimento.

Para Paz (1956/1982), a poesia contém em seu ser a dupla habilidade de revelar o mundo e, simultaneamente, criar outro. Constante movimento de diálogo com a ausência (completo assassinio da coisa pela palavra), um poema se recolhe em um primeiro tempo à obediência às regras da língua, e em seguida se abre a um novo universo em que a criação de novas regras para a existência é possível. Uma criação está sob o domínio de incalculáveis influências, não se separa em nenhum tempo do mundo que a produz e que é por ela transformado:

um texto não é feito de uma linha de palavras a produzir um sentido único, de certa maneira teológico (que seria a “mensagem” do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original: o texto é um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura (BARTHES, 1984/2004, p. 62).

Revolucionária por natureza, a poesia transforma o mundo, e “em seu seio resolvem-se todos os conflitos objetivos e o homem adquire, afinal, a consciência de ser algo mais que passagem” (PAZ, 1956/1982, p. 15). Pertence a todos os tempos, a todos os povos, pois é a forma natural de expressão do humano.

A poesia, como a linguagem, preexiste ao sujeito. Não é um artefato humano; ao contrário, o humano dispõe dela, está rodeado por ela, e cria a partir de sua existência. Há poesia sem poema,

poesia em estado amorfo, que está aí, na natureza. O poema, por outro lado, é criação, obra, poesia erguida. É entidade da poesia, um ser redutível dela, mas, ainda assim, distinto. O poema é o ato de fabricar, produzir, criar, fazer nascer, fazer vir a ser, inventar, imaginar. Não é meramente uma forma literária, mas uma das expressões do encontro entre o ser humano e a poesia.

Por esse motivo, um soneto ou uma obra construída de acordo com as leis da métrica pode não conter poesia, pois as estrofes, as rimas e os versos devem ser tocados pela poesia. O essencial é menos a forma que o encontro com o poético, e assim qualquer atividade verbal é suscetível de se transformar em poema. A técnica (manipulação do utensílio, procedimento) e a criação não coincidem. O poema, de acordo com Paz, é produto único do ato de criação, deslocamento no qual a palavra é colocada em liberdade, recuperando sua propriedade de nada significar. O poeta é ser brincante, e seu ato transforma a matéria-prima – à disposição de todos os falantes – em obra.

O significante e seu funcionamento na psicose

Da linguística de Saussure, que visou se debruçar sobre as manifestações da linguagem humana, Lacan herdou a noção de signo, aquilo que representa algo a alguém e que é constituído por duas faces: a do significante e a do significado (SAUSSURE, 1916/2006). Lacan quebrou a unidade do signo saussuriano, subverteu a relação originalmente proposta entre os elementos e atestou que a barra que os separa é uma barreira resistente à significação e, portanto, não há relação biunívoca entre eles, assim abandonando a ideia de que cada significante se associa a um significado.

Saussure fez uma teoria do signo. A teoria de Lacan, por sua vez, é uma teoria do significante, ou seja, uma teoria do sujeito (ARRIVÉ, 2001), e isso é indicado pela fórmula: o significante é aquilo “que representa um sujeito para outro significante” (LACAN, 1964/2008, p. 203). Demarcando a primazia do significante em relação ao significado, ele demonstrou que há algo de que o significado não pode dar conta, e que o sistema de linguagem, ainda que abranja a totalidade das significações, não esgota as possibilidades do significante (LACAN, 1955-1956/1985).

O significante é essencialmente insignificante. O poeta, ciente desta propriedade, afirma: “Significar / reduz novos sonhos / para as palavras” (BARROS, 2011). Somente a partir da articulação da cadeia de significantes o significante pode passar ao universo das significações. Isolado, não significa nada, pois é regido por suas próprias leis, independente do significado (LACAN, 1955-1956/1985).

Na psicose, o significante está em causa: há uma falta ao nível do significante (LACAN, 1955-1956/1985). O significante é autônomo, mas não isolável, e a concatenação de significantes é o que determina os efeitos de significação, abrindo a possibilidade de formar algo coerente. A falta de um significante leva à reconsideração de todo o conjunto. Há uma não-integração do sujeito no simbólico, ele jamais entra no jogo dos significantes, não chega a tomar a palavra, mas “dizer sim, sim, sim à do vizinho” (p. 285).

Ocorre que, pela ausência de um significante primordial que ordena a fala, há uma desarticulação da cadeia, uma falência do significante em deambular o sentido. A palavra perde a mediação do símbolo e coincide com a coisa. O sujeito está diante de uma falta a nível da simbolização, com conseqüente emergência desses significantes no real. Ele se reconstitui ao redor desse buraco onde o suporte da cadeia significante lhe falta. Trata-se de um acidente que foi designado por Lacan como forclusão do significante Nome-do-Pai (*Verwerfung*) e que dá à psicose sua matriz de estrutura.

Verwerfung, um acidente na subjetividade, instaura uma falta ao nível do significante e dela decorrem as manifestações delirantes que podem ser desencadeadas. A falha na inscrição do Outro da linguagem tem conseqüências, afinal, no funcionamento da linguagem. O rompimento com a ordem simbólica, que desde o princípio não pôde ser integrada, coloca em movimento uma desagregação em cadeia, que se apresenta ao modo de uma discordância com a linguagem comum e com uma significação que, não podendo remeter sempre a outra, permanece irreduzível. As manifestações características do período alucinatório demonstram a divisão radical entre significante e significado, sem um ponto de ligação, comumente acompanhadas de uma

impregnação de sentido.

A estrutura linguageira do inconsciente aparece a descoberto na psicose, enquanto na neurose só se revela pela via do deciframento (SOLER, 1991). A linguagem para o psicótico toma o primeiro plano; algo ali fala à sua revelia, comenta a atividade do sujeito, faz recriminações ou imposições, enfim, comparece ao nível da palavra falada. Estando o sistema simbólico da linguagem em questão, o que se observa são produções marcadas pela certeza delirante (em contraposição à dúvida neurótica) que, a exemplo da língua fundamental de Schreber, impõem novas regras à língua. Produções que se manifestam sob a forma de neologismos, repetições estereotipadas, mensagens interrompidas e em curto-circuito, articuladas à linguagem delirante. Composto por palavras, o delírio é uma realidade linguística, um fato de linguagem, e não um fenômeno acessível ao olhar. Sua ação provoca uma modificação da realidade a partir da proliferação imaginária que inunda o sujeito.

A questão da linguagem na economia da psicose indica que sua estrutura está em relação com o Outro, com o laço, ou seja, que tem relação com o social. A psicose, cabe ressaltar, é uma estrutura psíquica regida por uma lógica e um rigor, uma estrutura que se revela no dizer do sujeito e que está firmada no solo do acidente, do buraco do simbólico, da falta ao nível do significante, e desta decorrem as manifestações delirantes de seu estilo. Tratar suas manifestações como fenômenos de linguagem indica uma ruptura com o discurso médico tradicional, que trabalha com a concepção de uma desordem que deve ter suas manifestações cessadas. Implica, portanto, uma mudança de posição ética diante da psicose, consonante a toda posição da psicanálise desde seu princípio.

Alguns desdobramentos

Após ter percorrido algumas considerações a respeito do problema da psicose em psicanálise, da linguagem nos primeiros anos do ensino de Lacan e esboçado algumas ideias de Octavio Paz a respeito da poesia e do fazer poético, exploraremos agora a articulação entre a construção delirante e a criação poética, de forma a enfatizar as implicações clínicas e éticas. São desdobramentos da pesquisa que foram subdivididos nas quatro seções que se seguem.

A língua e seus deslocamentos

A língua, para Lacan, consiste em um sistema do significante do qual o sujeito dispõe para fazer passar significações no real (LACAN, 1955-1956/1985). É dotada de particularidades que “especificam as sílabas, os empregos das palavras, as locuções nas quais elas se agrupam, e isso condiciona, até na sua trama mais original, o que se passa no inconsciente” (p. 140). Quando fala, o sujeito tem à disposição esse conjunto do material da língua, um universo de sentido a partir do qual articula o discurso. Há um caráter universal na língua, mas que, ao mesmo tempo, possibilita a articulação de uma fala absolutamente peculiar ao sujeito, que produz ressonâncias que interessam mais à análise do que a inteligibilidade de sua construção.

Para o analista, intervir pela fala é da ordem de uma responsabilidade de reconhecer ou abolir o analisando como sujeito (LACAN, 1953/1998). A fala, ele afirmou, é um dom de linguagem, e esta não é imaterial, mas um corpo (sutil), dotado de vivacidade. As palavras que a fala articula “são tiradas de todas as imagens corporais que cativam o sujeito” (p. 302) e podem sofrer lesões simbólicas, realizar atos imaginários. Podem até mesmo engravidar a histórica. Já a linguagem, cabe diferenciar, refere-se ao discurso do Outro, à subjetividade.

Como um corpo sutil, a linguagem dá origem à uma língua que tem existência viva e dinâmica. As vozes de seus falantes, que não adotam atitude passiva em relação a ela, é o que lhe dá vivacidade, vozes que recriam a língua insistentemente, no uso diário que fazem das palavras e expressões. É um verdadeiro manuseio criativo, transformações de sua estrutura, deslocamentos e agitações pelo uso cotidiano. Sem quem a articule, a língua não é mais que uma abstração, um conjunto inanimado de regras e convenções.

Partimos da noção de que “todo verdadeiro significante é, enquanto tal, um significante que não significa nada” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 212), ou, como disse o poeta, “Pra meu gosto a palavra não precisa significar – é só entoar” (BARROS, 2010, p. 458). O sistema de linguagem não pode esgotar as possibilidades do significante, que precisa passar por uma concatenação para produzir efeitos de sentido. Ele é, essencialmente, insignificante, e disto resulta sua propriedade infinita e comporta a possibilidade do efeito poético que surge e ressurgem em nossa fala e do mal-entendido da comunicação – dois efeitos impossíveis de evitar.

Paz (1956/1982), que enquanto poeta é também um experiente teórico da língua, sugeriu denominar expressões poéticas as expressões máximas desse dinamismo. As expressões poéticas são oriundas da natureza da linguagem, da propriedade infinita do significante que o faz esbarrar com um efeito poético. Na voz dos falantes de uma língua, surgem neologismos, expressões ritmadas, locuções, rimas, jogos de palavras, imagens que se apagam assim que são criadas. Não têm permanência, reconhecimento ou longevidade no conjunto das obras literárias como o poema; surgem e esvanecem no uso cotidiano, revelando a fragilidade do mundo do sentido, constantemente colocado às avessas. As expressões poéticas revelam que, no mundo humano, não há significados definitivos, e que a estrutura da linguagem é tão faltosa quanto a do sujeito que a criou, nunca podendo chegar a um sistema de comunicação infalível ou estanque.

Exemplares para demonstrar a permanente inventividade que os falantes de uma língua protagonizam, as expressões poéticas representam o movimento da língua em seu curso de desenvolvimento e o efeito poético que naturalmente se produz ao fazer uma língua operar. Não são obras como o poema; estão, ao contrário, no mesmo nível da fala e são resultado do afluxo das palavras nas vozes dos falantes.

A poesia, como a linguagem, é inseparável do humano, e a função poética é inerente ao uso da língua. Assim, as expressões cotidianas da poesia estão por toda a parte, pois há um germen poético na linguagem, que está lá desde o início. A criação de uma obra poética, por outro lado, depende de um árduo trabalho executado por um sujeito que nos introduz numa dimensão nova da experiência, inscreve um mundo diferente do nosso. Consistem em uma “criação de um sujeito assumindo uma nova ordem de relação simbólica com o mundo” (LACAN, 1955-1956/1985, p. 94).

Hugo Friedrich, ao se debruçar sobre a poesia de Baudelaire, destacou a apreciação pela forma que o poeta defendeu, um apreço pela perfeição artística encarnada na forma que demonstrou em sua poesia e examinou teoricamente em sua prosa (FRIEDRICH, 1978). Baudelaire dedicava-se ao aperfeiçoamento da obra mais do que pela profusão de temas e, com isso, defendeu o trabalho árduo que envolve o fazer poético, a construção sistemática dos versos, em vez de atribuir aos propósitos do coração ou à inspiração que, se é parte do poema como material, deve ser trabalhado à perfeição.

Para Friedrich (1978), Baudelaire expressou uma dedicação à forma que se distancia da figura mítica do poeta inspirado, simples emissor dos estados complexos da alma, acentuando o árduo ofício da criação. Sua posição – controversa para alguns – nos reserva a prerrogativa de fazer a distinção que Paz havia sugerido com o termo “expressões poéticas”. Uma coisa são as expressões da poesia que estão por toda a parte e que surgem no uso da língua. Outra é a criação de uma obra.

Desta maneira, não pretendemos pensar o psicótico como um poeta e o delírio como um poema propriamente dito, mas como uma expressão poética. Isto não quer dizer que o psicótico não possa produzir uma obra literária ou que o conteúdo de seu delírio não possa servir de material para a criação de versos. Mas a criação deve implicar alguma intenção, uma vontade criadora que nem sempre é a que está em jogo no movimento de construção de um delírio. Assim, interessa-nos mais esse trabalho de construção encadeado do que propriamente a criação literária decorrente do desencadeamento de uma crise. Por esta razão, sugerimos entender o delírio de que tratamos como uma expressão poética.

Se, por um lado, o delírio talvez não seja tão fugaz quanto uma expressão poética surgida da fala, pois sua constituição demanda tempo, ele expressa, por outro, uma desavença de ordem poética com o ordenamento comum da fala, de caráter neológico. É uma construção (diante de um colapso) que impõe novas regras à língua, recorre ao neologismo e a repetições, privilegia a sonoridade, provoca desordens nos encadeamentos habituais etc., elementos caros à composição de um poema. No delírio (que é da ordem do verbo), surgem os lampejos poéticos que a todo

momento comparecem “nos lábios das crianças, dos loucos, dos sábios, dos idiotas, dos namorados ou dos solitários” (PAZ, 1956/1982, p. 42). Está, assim, à nossa volta, no meio do povo, digamos, não sendo só uma manifestação de doença, algo que sinalizaria o padecimento de um sujeito que deve ser asilado e silenciado.

Na arte, descartar o que desobedece às normativas da racionalidade acarretaria ao poeta o custo de suas criações. O escritor José Castello, no prefácio de *Meu quintal é maior que o mundo*, Antologia de Manoel de Barros (BARROS, 2015), afirmou que o poeta sabia bem que, sem uma boa dose de desrazão, não se faz arte. Ele pegou a desrazão de empréstimo do louco, e, em suas mãos, a realidade se inverteu, libertou-se das amarras do bom senso. A poesia de Barros está muito além dos significados.

O delírio é uma (re)construção

A formação delirante é, sobretudo, um trabalho de (re)construção. Este é um termo que denota, em primeira instância, o trabalho de reconstrução do mundo ao qual o sujeito se empenha após ter sido invadido pela confusão alucinatória. É um trabalho iniciado na irrupção da crise, uma reconstituição que possibilita ao sujeito sustentar-se em uma significação mínima. O delírio não surge no vazio e sua formulação é progressiva, construído conforme encontra condições para tal, obedecendo a um rigor (talvez próprio ao inconsciente) que impõe um desenvolvimento ritmado em sua criação. Sua estrutura, se observamos de perto, contém um caráter subversivo em relação às convenções que regem o ordenado mundo neurótico, a partir do qual o sentido socialmente compartilhado se apresenta em correspondência com a verdade.

O termo construção ao qual o delírio está aqui referido remete ao sentido cunhado por Freud (1937/2019) ao fazer equivalência entre as formações delirantes e as construções elaboradas no tratamento analítico, pois ambas trazem à tona uma parte da história perdida, uma porção de verdade na forma de uma explicação. Nas condições da psicose, no entanto, o que ocorre é uma completa substituição de uma porção da realidade previamente rejeitada, sendo o afastamento do mundo a condição necessária para a imposição de conteúdos inconscientes sobre o conteúdo do delírio. O fenômeno da alucinação opera um deslocamento de um cerne de verdade histórica, emaranhada em deformações e ligações, para o presente.

As formações delirantes dos doentes parecem-me equivalentes das construções que elaboramos nos tratamentos analíticos, tentativas de explicação e reconstituição, que sob as condições da psicose, aliás, só poderão levar a substituir aquela parte de realidade que é renegada no presente por uma outra parte, que nos primórdios também foi renegada. (FREUD, 1937/2019, p. 379)

O delírio é, assim, um trabalho de construção, cujo percurso de constituição possibilita ao sujeito sustentar-se em uma significação, e é tanto mais sofrido quanto mais o sujeito não o organiza (LACAN, 1955-1956/1985). Assim, o estado crepuscular – marcado pela confusão alucinatória, pelo inundamento perceptivo, pela profusão de pensamentos, ainda sem interpretação definitiva – é sucedido por um esforço de reinterpretação da realidade, agora infestada por material psíquico. A partir das atribuições de sentido, cercadas de convicção (de certeza delirante) de que o mundo está tomado por significação, um processo de reestruturação do mundo se inicia.

Sua articulação é lógica e obedece a uma coerência interna que, a despeito da característica notável de romper com o sentido socialmente compartilhado, tem na certeza delirante, radical e inabalável, a evidência de seu rigor. Como construção, é por definição inacabado; não se trata de uma forma final e definitiva, mas que requer repetidamente novas formulações, à maneira das construções em análise. O sistema delirante, portanto, não é hermético, seu sentido está sempre pronto a um conserto, uma retificação, admitindo tantas integrações e reinterpretações quanto necessárias para se adequar à nova realidade. Elementos da realidade podem ser inseridos, reinterpretados para se adaptar às novas percepções, descartados para preservar a congruência e

assim por diante.

Nesses termos, o trabalho delirante parece um ato de construção realizado por um sujeito vivendo em uma realidade impossível. Ele cria um mundo novo onde possa viver. Entende-se por construção o processo de subversão do que está posto, um deslocamento, que emerge da necessidade de transformação da realidade. O processo de cura pode ser exprimido por essa realidade criada, que se manifesta como algo novo, inédito, uma invenção ou transformação da realidade que o sujeito experimenta. Se a falta do significante primordial pode ter um peso de petrificação ou de esvaziamento que impede o sujeito de se deslocar, haveria na função do delírio uma tentativa ou, ainda, uma possibilidade de deslocamento.

Poderíamos dizer, em suma, que a psicanálise ensinou duas coisas sobre o delírio. Em primeiro lugar, que não deve ser descartado, pois contém um dizer do sujeito e, portanto, requer leitura. O tratamento analítico busca preservar as condições para que possa ser elaborado assim como se aprofundar em sua gênese, em suas ligações e na assunção da história realizada por meio dele. Em segundo lugar, demonstrou que não é um sistema fechado em si mesmo, impassível de entrada, mas uma construção em favor da cura, uma tentativa de solução diante da forclusão do significante paterno. Como construção, obedece a um rigor ritmado, a um encadeamento, mais ou menos regular, na construção da narrativa fictícia, narrativa do desejo inconsciente em sua forma menos deformada.

O delírio do verbo e a realização do verbo

O resgate da equivalência freudiana entre o delírio e as construções em análise não implica em uma equivalência com o poema, conforme pudemos entrever até aqui. Reconhecemos suas divergências estruturais, seus distanciamentos quanto às operações que lhes dão origem, de natureza diversa. Entendemos o poema como uma obra decorrente de um trabalho que exige algo mais que a mera manipulação das palavras. Não se pode atribuir a criação simplesmente ao dinamismo da língua; deve haver uma vontade criadora, uma intervenção operada na linguagem. Poderíamos dizer, um jogo deliberado com a submissão do humano à lei simbólica, realizando assim deslocamentos e transformações nas normas da língua e na ordem do mundo, protagonizadas por alguém que, por força de sua criação, requisita do campo social a licença para tal – a licença poética.

O poema é o ato de fazer o verbo delirar (BARROS, 2010), transgredir sua estrutura, abrir infinitas possibilidades de significação, um ato regido pelo universo simbólico. O poeta faz contornos ao vazio, com a ciência da impossibilidade de preenchê-lo, reconhecendo a incompletude que nos condiciona enquanto seres falantes e que comparece na estrutura da linguagem.

O delirante psicótico vive a realização do verbo. No texto dedicado ao inconsciente, Freud (1915/2010) constatou, por meio de um caso a ele relatado, a concretude e literalidade das palavras na psicose. Conforme observado nas expressões verbais da paciente, o esquizofrênico trata as palavras como coisas. As palavras perdem sua qualidade significante de deambular o sentido, são reduzidas ao estado de coisa e carecem da mediação do símbolo (SOLER, 2007). A ausência de mediação simbólica decorre da recusa ao pai como ordenador da fala, havendo identidade entre palavra e coisa. O sujeito vive um mundo de certezas, onde sua linguagem carrega a marcante desavença com o ordenamento comum, de caráter neológico.

Não podendo ser igualadas ao poema, as formações delirantes estariam, de acordo com nosso ponto de vista, mais próximas das expressões poéticas, das formas verbais rítmicas e da produção de imagens que surgem nas vozes dos falantes, palavras sendo incendiadas pela fantasia e pela imaginação. As construções delirantes e as expressões poéticas são criações efêmeras, e por esta particularidade diferenciam-se do poema, que se consolida como obra.

O delírio não tem longevidade no conjunto das obras literárias. E não intenta ter: constitui-se como possibilidade de compensação da dispersão do gozo por meio da criação, e podemos supor que não visa “o endereçamento ao Outro da cultura e sim o tratamento do gozo para enquadrá-lo e atenuá-lo” (QUINET, 2006, p. 90), pois não é por prazer ou reconhecimento como artista que o psicótico produz, mas por obediência às vozes, por gozo disperso e não endereçado. Se, no entanto, chegam eventualmente ao estatuto de arte ou de obra, como foi o caso do renomado artista plástico brasileiro Bispo do Rosário e tantos outros esquecidos pela história (ou sequer celebrados por ela),

é porque deve haver, se não um endereçamento mesmo, ao menos um esboço ou uma tentativa de endereçamento ao Outro. Levando em consideração a tentativa de cura que o delírio empreende, deve haver algum esforço de reconstituição dos vínculos com o outro.

A construção delirante, uma solução para a perturbada paralisação das alucinações, é um processo gradativo, um encadeamento ritmado dos elementos que compõem sua forma final. Ritmado, pois “a linguagem, por inclinação natural, tende a ser ritmo” (PAZ, 1956/1982, p. 82), e somente pela violência da razão deixa de ser. A radical divisão entre o significante e o significado decorrente da ausência do Nome-do-Pai levam o sujeito a uma corrente na qual não vigoram as leis do discurso, de coerência e clareza conceitual, e muito mais as leis de “atração e repulsa” (p. 82), uma corrente de imagens e não de conceitos, que caracterizam o ritmo. Regido pelo sem-sentido próprio da linguagem, sendo visível o predomínio rítmico e imaginativo, o trabalho delirante é algo mais que uma ruptura.

Consideramos pensar na produção delirante como uma das manifestações da natureza poética da linguagem, das expressões poéticas de uma língua, da corrente rítmica que eventualmente vigora no discurso, e nos distanciar mais e mais do campo das anomalias que condena os sujeitos ao asilo e ao silenciamento. É uma construção que não se faz no vazio, mas que tem alguma amarração, algum enlaçamento, ainda que sutil, e que coloca em jogo o funcionamento da linguagem, funcionando na ambiguidade e nos vacilos do sentido. O delírio pode ser essa forma linguística que desmascara nossa impossibilidade de sentido?

E esta não seria, enfim, a verdade que uma obra literária tem como costume desvelar? Ao menos, foi o que permitiu a Barthes (1984/2004) afirmar que não há nada a ser decifrado em uma obra – uma escritura, como prefere designar –, mas “deslindado”, pois “a escritura propõe sentido sem parar, mas é sempre para evaporá-lo: ela procede a uma isenção sistemática do sentido” (p. 63). Essa é sua posição enquanto um pensador dito pós-estruturalista, menos propenso portanto a entender o texto literário como um conjunto equilibrado e coerente de palavras que revelam uma verdade do que a valorizar a ambiguidade e a polivalência da palavra, a desarmonia, a falta que se instala menos por acidente do que por estrutura. É com o mesmo espírito que Lacan se aprofundou na falta de sentido que nos constitui enquanto seres falantes e que abre vias para conceber o abismo entre a palavra e seu suposto significado.

A questão clínica

O trabalho freudiano foi iniciado e desenvolvido pela subversão dos parâmetros da clínica médica da qual se originou, havendo um descentramento radical do olhar. A própria experiência da psicanálise é subversiva, uma vez que coloca ao sujeito a exigência de uma fala em associação livre, dirigida pelo inconsciente, uma modalidade discursiva distinta de qualquer outra. A escuta em psicanálise não privilegia o campo do sentido, da linearidade da significação, mas o campo do significante, via pela qual o inconsciente se articula e comparece.

Apesar dessa particularidade da clínica, por meio da qual a suposição de um dizer no delírio é possível, o psicótico traz interrogações diversas ao lugar do analista, as quais Freud hesitou em solucionar. O clínico não atua, como na neurose, com a interpretação, mas a partir de uma posição que Lacan (1955-1956/1985) denominou de secretário do alienado. Não só seremos seus secretários, ele nos disse, como também “tomaremos ao pé da letra o que ele nos conta” (p. 235), pois não há razão para não aceitar como tal o que ele nos diz. O sujeito nos testemunha que mantém uma relação muito específica com o sistema da linguagem, na qual sofre de maneira particular o fenômeno discursivo como uma apassivação.

Tomar ao pé da letra o que o alienado nos diz supõe que se saiba escutar o que ele comunica de sua relação com o significante. O analista surge como testemunha da relação com o Outro, e deve assumir uma posição em que possa haver um esvaziamento de gozo: ele deve provocar falta nesse Outro absoluto. O tratamento analítico da psicose possibilita ao louco criar, secretariado pelo analista, as condições de sua própria contenção. Impedida a via em que o trabalho de elaboração do delírio se realiza, o sujeito corre o risco de um empobrecimento no trabalho psíquico. Quando a resposta à crise é a inibição do delírio, “o que se instaura é uma permanência do crepúsculo que se traveste de demência”

(CALLIGARIS, 1989, p. 70). A constituição do delírio enquanto tal é a possibilidade de saída da crise.

O caminho que percorremos buscou refletir sobre os pontos de ligação entre a leitura de um poema ou uma expressão poética e a leitura que o psicanalista faz do discurso, na posição de testemunha de um dizer. Não é a posição de suposto saber que este assume na análise de um psicótico, mas de secretário ou a testemunha do que o sujeito produz, ofertando a escuta tal como as produções aparecem. Para escutá-lo, não é preciso compreender o que diz, pois no sem-sentido do delírio pode conter a possibilidade de organização subjetiva, a possibilidade de alguma estabilização, introduzindo um sistema de interpretação do mundo mais estável, que para a significação em excesso. Deve-se desligar da linearidade, do encadeamento regular do discurso.

A relação com o outro-semelhante tem grande efeito na transferência do psicótico, que não supõe saber ao psicanalista. A dimensão imaginária comparece, e deve-se evitar a posição de duplo especular. O analista, Lacan (1955-1956/1985; 1957-1958/1998; 1953/1998) indicou, não deve se aliar à alienação imaginária que na psicose é preponderante (ao menos no nível dos fenômenos). Deve-se romper o ciclo no qual o Outro está excluído e que se fecha no outro com minúscula, do qual ressoa a própria mensagem do sujeito, de modo a não perpetuar a perplexidade na qual se encontra o sujeito diante da exclusão do Outro. A restituição do psicótico é decorrente do estabelecimento de uma ordem – a ordem delirante – que o analista não deve deter, assumindo posição tal que possa fazer emergir o sujeito. Não defendemos que a formação delirante deva ser incentivada ou idealizada, mas que frequentemente surge de condições subjetivas em favor de uma compensação dos efeitos da forclusão.

O analista pode servir a alguma moderação de gozo por meio do lugar de secretário, evitando, assim, encarnar a posição de Outro gozador. A direção do tratamento é da ordem de um estímulo à “historização dos fenômenos” (QUINET, 2006, p. 54), de modo que o sujeito possa identificar em suas alucinações as palavras que tenham vindo do Outro e favorecer as construções delirantes que permitam circunscrever o gozo.

O analista pode secretariar o esquizofrênico em suas tentativas de estabelecer pares de oposição significante e promover a pontuação em sua fala para possibilitar a precipitação do sentido. (QUINET, 2006, p. 54)

Deve-se conduzir o delirante a, como dizia o poeta, “saber errar bem o seu idioma” (BARROS, 2010, p. 319). Tal é o ato da criação, a de conduzir a língua às suas errâncias próprias, capazes de criar e recriar realidades.

Os fenômenos característicos da fase mais produtiva da paranoia devem ser considerados como tentativas de fazer laço social, de restituir o vínculo com o outro, pois os delirantes não apenas “amam o delírio como a si mesmos” (FREUD, 1895/2016, p. 20), mas são também “apaixonados pelo Outro, e são amados do Outro” (QUINET, 2006, p. 54). Com a cautela de não despertar a erotomania, o analista, defende Soler (2007), deve se colocar no lugar do Outro primordial real, surgindo com seu corpo e suas palavras no plano do significante, no lugar dos ditos do Outro.

O trabalho da psicose é “uma maneira de o sujeito tratar os retornos no real, de efetuar conversões que civilizem o gozo até torná-lo suportável” (SOLER, 2007, p. 187). Podem ser soluções a nível simbólico de suplência, ou, ainda, que procedem a uma operação sobre o real do gozo não aprisionado na rede da linguagem, uma obra passada do simbólico para o real, o fora-do-sentido. Quando o analista serve apenas de duplo especular do sujeito, não há vínculo social possível. Deve-se ressaltar que a questão clínica da psicose só será propriamente desenvolvida por Lacan ao longo das décadas seguintes, em especial no Seminário sobre James Joyce, nos anos de 1970, embora já estejam estabelecidas indicações clínicas desde o início de seu ensino.

Se tomado pelo analista como uma construção ou mesmo como uma criação de um sujeito que, à sua maneira, transforma a realidade, o delírio poderia encontrar no dispositivo analítico as condições de possibilidade para sua elaboração. Este é um desdobramento clínico importante se mantivermos firme o propósito freudiano de não se desinteressar pelo trabalho do delírio, pois é um trabalho, em última instância, de cura. Trata-se de uma posição ética diante da psicose que Freud fundou e que não deve ser abandonada pelos analistas dispostos à escuta de suas produções.

Fins

O percurso aqui introduzido visou colocar a ênfase devida aos esforços freudianos de não relegar o delírio ao campo das produções patológicas disfuncionais que devem ser interrompidas a todo custo. Freud insistiu em dar ao delírio a condição de tentativa de cura e de reconstrução do mundo, dando ao psicanalista o encargo de se aprofundar na história de seu desenvolvimento. Supondo na formação delirante um dizer, a condução de Lacan da teoria psicanalítica possibilitou ao campo da psicose uma escuta e um tratamento, a despeito da tendência ainda atual da psiquiatria e demais áreas psi a asilar o psicótico e fazer cessar suas manifestações. Retomar os ensinamentos de Freud e Lacan intenta manter a chama de seus projetos viva, sem se deixar conduzir por caminhos que silenciem o delirante.

Constituir um delírio, longe de ser entendido como a evolução de um padecimento, faz parte de um esforço de reconstrução de um mundo despedaçado pela invasão imaginária sofrida pelo sujeito, que surge como efeito de conteúdos inconscientes sendo lançados para o exterior ou, na terminologia de Lacan, o reaparecimento no real do que é recusado na ordem simbólica.

A construção delirante se edifica mediante o grau de certeza que o significante adquire, “um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação” (LACAN, 1957-1958/1998, p. 545). Trata-se de um efeito do significante, cuja estrutura escancara o equívoco próprio à comunicação, efeito da fragilidade do mundo do sentido. Assim, o delírio subverte as ordenações da língua e denuncia que a linguagem é, por excelência, incompleta, e que no sujeito que a produziu subsiste um rombo análogo, uma impossibilidade inviolável de sentido.

A criação poética é uma operação simbólica que intenta dar algum contorno ao vazio do real. Criação de um sujeito impondo uma nova ordem simbólica com o mundo, o poema não rejeita as incompletudes do sistema de comunicação humana, atestando que não se pode tudo dizer. Há espaços deixados em vazio que a língua jamais poderá alcançar, há algo que sempre escapa, de modo que eliminar o *nonsense* ou produzir sentidos inequívocos é uma pretensão irrealizável. Em vez de se prestar a discursos inquebrantáveis, da maneira como idealizou o paradigma científico do século XX – cuja expressão pode se dar, por exemplo, em um texto em prosa, mais comumente na forma de argumentação lógica –, o poema dispõe da desordem do mundo e da natureza, brinca com o sistema de leis da língua que tenta impor uma ordem impossível à natureza. Jogando com as ressonâncias do sentido, o poeta desmonta de forma irremediável o signo linguístico.

Há um eixo, que esperamos ter ficado evidenciado, entre o delírio e o poema, que os deixa ligados sem intenção de os igualar, e que deve servir para realçar a posição ética do psicanalista diante da psicose. Ambos transformam e mesmo subvertem as convenções da língua, acatam a natureza ambígua, polissêmica e equívoca da linguagem, embora evidentemente a partir de operações distintas, o que frequentemente resulta em circulações diferentes por entre os laços sociais vigentes. Há nisso, ao que nos parece, uma contribuição importante à escuta em psicanálise, na medida em que pudermos tecer pontos de ligação entre a leitura do poema e a leitura que o psicanalista faz enquanto testemunha de um dizer, um dizer que se consolida como um verdadeiro esboço de restituição dos vínculos.

Constituir um delírio representa uma tentativa de passagem do despedaçamento do corpo e da dispersão de gozo para uma inserção parcial no pacto social. Propusemos, por um lado, a escuta do neologismo psicótico (no qual há realização do verbo) como expressão poética, em lugar de desprezá-lo enquanto loucura, e, por outro, atribuir ao poema o ato de fazer o verbo delirar.

O analista, por sua posição ética, abre espaço para a construção de narrativas e para o advir do sujeito, possibilitando a constituição de um delírio que reorganize sua existência. Buscando romper com a concepção tradicional da loucura, esperamos poder contribuir com reflexões teóricas e clínicas consistentes com a despatologização da psicose e uma introdução de suas produções no campo da cultura, no meio do povo, em vez de enclausurar nos lugares sociais que colaboram com o efeito de ruptura que mantém o sujeito excluído do pacto de simbolização.

Referências

- ARRIVÉ, Michel. Significante saussuriano e significante lacaniano. In: ARRIVÉ, Michel. **Linguística e psicanálise: Freud, Saussure, Hjelmslev, Lacan e outros**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 95-112.
- BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.
- BARROS, Manoel de. **Escritos em verbal de ave**. São Paulo: Leya, 2011.
- BARROS, Manoel de. **Meu quintal é maior do que o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Trabalho original publicado em 1984).
- CALLIGARIS, Contardo. **Introdução a uma clínica diferencial das psicoses**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FREUD, Sigmund. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia (“o caso Schreber”). In: SOUZA, Paulo César (trad.). **Sigmund Freud – Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 10, p. 13-107. (Trabalho original publicado em 1911).
- FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: SOUZA, Paulo César (trad.). **Sigmund Freud – Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 12, p. 99-150. (Trabalho original publicado em 1915).
- FREUD, Sigmund. Autobiografia. In: SOUZA, Paulo César (trad.). **Sigmund Freud – Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. v. 16, p. 75-167. (Trabalho original publicado em 1925).
- FREUD, Sigmund. A perda da realidade na neurose e na psicose. In: SOUZA, Paulo César (trad.). **Sigmund Freud – Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, v. 16, p. 214-221. (Trabalho original publicado em 1924).
- FREUD, Sigmund. Manuscrito H [Anexo à carta a Fließ de 24 de janeiro de 1895]. In: MORAES, Maria Rita Salzano (trad.). **Obras incompletas de Sigmund Freud: Neurose, psicose e perversão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 15-21. (Trabalho original publicado em 1895).
- FREUD, Sigmund. Construções na análise. In: DORNBUSCH, Cláudia (trad.). **Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 365-379. (Trabalho original publicado em 1937).
- FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna** (da metade do século XIX a meados do século XX). São Paulo: Duas cidades, 1978.
- LACAN, Jacques. **O seminário, livro 3: As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- LACAN, Jacques. De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: RIBEIRO, Vera (trad.). **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 537-590. (Trabalho original publicado em 1957-1958).
- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: RIBEIRO, Vera (trad.). **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 238-324. (Trabalho original publicado em 1953).

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Trabalho original publicado em 1964).

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Trabalho original publicado em 1956).

RIVERA, Tânia. **Arte e psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. Natureza do signo linguístico. *In*: BALLY, Charles, SECHEHAYE, Albert (orgs.). **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 79-84. (Trabalho original publicado em 1916).

SOLER, Colette. A psicose. *In*: SOLER, Colette. **Artigos clínicos**. Salvador: Fator, 1991. p. 108-159.

SOLER, Colette. **O inconsciente a céu aberto da psicose**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

QUINET, Antônio. **Psicose e laço social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Recebido em 16 de Janeiro de 2023.

Aceito em 08 de fevereiro de 2023.